



AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA

DIRECIONADA A POPULAÇÕES ESPECÍFICAS

ORGANIZADORAS

CAROLINA ROSA CAMPOS
TATIANA DE CÁSSIA NAKANO

Técnicas,
métodos e
estratégias



Vetor
editora

Carolina Rosa Campos e Tatiana de Cássia Nakano
Organizadoras

Avaliação Psicológica direcionada a
populações específicas:
técnicas, métodos e estratégias

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Avaliação psicológica direcionada a populações específicas :
técnicas, métodos e estratégias / Carolina Rosa Campos e
Tatiana de Cássia Nakano, organizadoras . -- São Paulo :
Vetor, 2014.

Bibliografia.

1. Avaliação psicológica 2. Testes psicológicos I. Campos,
Carolina Rosa. II. Nakano, Tatiana de Cássia.

14-06359

CDD – 150.287

Índices para catálogo sistemático:

1. Avaliação psicológica 150.287

ISBN: 978-85-7585-738-0

Capa: Rodrigo Oliveira e Lindiana Valença

Projeto gráfico: Lindiana Valença

Revisão: Mônica de Deus Martins

© 2014 – Vetor Editora Psico-Pedagógica Ltda.

É proibida a reprodução total ou parcial desta publicação, por qualquer meio existente e para qualquer finalidade, sem autorização por escrito dos editores.

SUMÁRIO

1. Avaliação cognitiva de crianças com deficiência visual:
conhecimento de recursos multidisciplinares utilizados nas
instituições de atendimento 7
Carolina Rosa Campos e Tatiana de Cássia Nakano
2. Diretrizes norteadoras para a construção e adaptação de
instrumentos psicológicos sob a perspectiva do desenho universal 27
Cassandra Melo Oliveira e Carlos Henrique Sancineto da Silva Nunes
3. Populações com deficiência intelectual: funcionamento
comportamental e adaptativo de crianças e adolescentes 55
Gisele da Silva Baraldi e Maria Cristina Triguero Veloz Teixeira
4. Avaliação neuropsicológica da dislexia do desenvolvimento 83
Rauni Jandê Roama Alves, Ricardo Franco de Lima e Sylvia Maria Ciasca
5. Psicomotricidade: histórico, definição e dificuldades de
aprendizagem 119
Cíntia Alves Salgado Azoni e Mariana Coelho Carvalho
6. Avaliação neuropsicológica em epilepsia do lobo
temporal mesial 141
Larissa Botelho Gaça e Orlando Francisco Amodeo Bueno
7. Avaliação dos transtornos da personalidade no Brasil:
o Inventário Dimensional Clínico da Personalidade 163
Lucas de Francisco Carvalho
8. Discussões atuais na temática das altas habilidades/superdotação:
a questão da nomenclatura/conceituação e sua avaliação 181
Walquiria de Jesus Ribeiro

| | |
|---|-----|
| 9. Problemas e perspectivas na utilização dos testes psicológicos em psicologia do esporte | 201 |
| <i>Evandro Moraes Peixoto e Tatiana de Cassia Nakano</i> | |
| Sobre os autores | 233 |

1

.....

AVALIAÇÃO COGNITIVA DE CRIANÇAS COM
DEFICIÊNCIA VISUAL: CONHECIMENTO DE
RECURSOS MULTIDISCIPLINARES UTILIZADOS NAS
INSTITUIÇÕES DE ATENDIMENTO

.....

*Carolina Rosa Campos
Tatiana de Cássia Nakano*

Resumo

Este capítulo tem como objetivo apresentar conceitos sobre a deficiência visual, bem como as estratégias e recursos utilizados para avaliação dessa população em instituições especializadas. Inicialmente, uma breve apresentação dos conceitos e características dessa população é feita e, posteriormente, as estratégias e recursos utilizados por profissionais dentro de instituições possibilitam ao leitor obter informações relevantes sobre formas de avaliações nessa determinada população.

Avaliação psicológica de deficientes: questões e dificuldades

Atualmente, a avaliação psicológica vem possibilitando e promovendo o olhar para diversas populações específicas, destacando-se, entre essas, os indivíduos portadores de necessidades especiais. Nessa área em especial, não se deve deixar de mencionar a necessidade de profissionais da área de aprimorar as avaliações e os instrumentos utilizados para esse fim, de modo a tentar minimizar a ocorrência de erros durante o processo, dadas as consequências do diagnóstico.

Para se ter uma ideia da importância dessa questão, o Conselho Federal de Psicologia (CFP) divulgou uma Nota Técnica (Lei 5.766/71), com o objetivo de auxiliar e também fiscalizar o que vem sendo produzido para pessoas com deficiência. Tal nota, denominada *Construção, adaptação e validação de instrumentos para pessoas com deficiência* traz, entre outras considerações relevantes, a importância primária de se considerar a deficiência como foco do estudo, de maneira que toda etapa de construção ou de adaptação de um instrumento deve estar baseada na deficiência e não no instrumento (CFP, 2013). Nesse caso, o problema que se busca sanar é construção de instrumentos sem o conhecimento prévio de algumas necessidades básicas que a deficiência, seja ela, física, sensorial ou mental, pode exigir.

Como consequência, pesquisas que foram realizadas de forma incorreta, podendo-se citar, como exemplos, avaliações cognitivas aplicáveis a videntes, não adaptadas ou utilizáveis a cegos, as quais acabaram por trazer, durante muito tempo, a ideia de que a falta do recurso da visão atuaria de modo a prejudicar o desenvolvimento cognitivo desses indivíduos (CUNHA; ENUMO; CANAL, 2011). As mesmas autoras salientam que deve ficar claro para os pesquisadores que a deficiência não afeta a capacidade da criança em aprender, mas sim a forma na qual ela realizará o seu aprendizado. Assim sendo, a interação e as vivências que essa criança terá, bem como o acesso físico aos objetos, a estimulação dos sentidos táteis e auditivos (BIZERRA et al., 2012), serão de extrema importância para a promoção de suas habilidades, bem como de seu aprendizado, prevenindo possíveis problemas de desenvolvimento cognitivo, de modo que tais especificidades devem ser consideradas durante o processo de construção e adaptação de instrumentos psicológicos voltados a essa população. Não menos importante também são os critérios psicométricos que devem ser seguidos com rigor, garantindo a validade e precisão do instrumento construído ou adaptado.

Pesquisas mais recentes demonstram a importância de se avaliar o desenvolvimento cognitivo de pessoas com algum tipo de deficiência visual, a fim de consolidar uma avaliação mais precisa ou mesmo trazer instrumentos capazes de avaliar esse constructo de forma válida, con-

forme apontado por Nascimento e Flores-Mendoza (2007). As autoras enfatizam a escassez de literatura nacional nessa área, o que, segundo elas, demonstra a importância e a preocupação de se realizar pesquisas capazes de atender às necessidades destas pessoas, bem como conseguir avaliar suas potencialidades e limitações, independente das exigências necessárias. De acordo com Chiodi e Wechsler (2009), na realidade brasileira ainda faltam instrumentos validados que permitam conhecimentos a respeito da competência e habilidade de crianças, em especial daquelas com algum tipo de deficiência, de maneira que essa realidade acaba reduzindo informações que auxiliariam no diagnóstico e na intervenção com esses sujeitos. Tais dificuldades marcam-se, principalmente, pela necessidade de adaptação ou construção diferenciada, partindo de especificidades de cada população.

Como consequência, o profissional da Psicologia acaba esbarrando na escassez de instrumentos e recursos para a avaliação dos mais diferentes constructos psicológicos dos indivíduos com deficiência. Considerando-se a população com deficiência visual, foco do presente estudo, a lacuna é ainda maior, uma vez que os instrumentos e/ou propostas de novos instrumentos desconsideramos os diferentes sentidos, trazendo o uso da visão como predominante, encoberto e deixando em segundo plano os demais sentidos, ainda que estes venham sendo apontados como essenciais (BIZERRA et al., 2012), notadamente o tato (NUNES; LOMÔNACO, 2010; RABELLO; MOTTI; GASPARETTO, 2007; SENA; CARMO, 2005) e audição (CAMARGO; NARDI; VERASZTO, 2008).

Pode-se dizer que a maioria dos testes de inteligência disponíveis no mercado nacional e internacional requer o funcionamento da visão. Assim, a falta de instrumentos psicológicos para avaliação dessa parcela da população e a realização de investigações em amostras heterogêneas trazem, como consequência, uma escassa produção científica sobre o desenvolvimento e perfil cognitivo de crianças e adultos cegos (BRAMBRING; TROSTER, 1994; NASCIMENTO; FLORES-MENDOZA, 2007). As especificidades e cuidados necessários, citados anteriormente, se fazem presentes, nessa população, por meio do fornecimento de recursos essenciais para um bom desempenho, tais como a importância

de um planejamento antecedente que garanta a presença de recursos que substituem a visão (MALTA et al., 2006), de uma entrevista inicial para conhecimento das aptidões do participante e do material utilizado, assim como o tempo de execução dos testes (BARON, 2006), sempre que possível a utilização de atividades voltadas à integração sensorial e movimentação do corpo (MALTA et al., 2006).

De acordo com Lobato (2005), no que diz respeito às práticas psicométricas utilizadas na avaliação de deficientes visuais, deve-se considerar, inicialmente, o tipo de deficiência considerando grau e tipologia que a determinam, visto que uma avaliação condizente e válida depende da atenção à necessidade do indivíduo. Assim sendo, para uma avaliação mais precisa a autora cita ainda a importância de outras técnicas além dos testes psicológicos, como as entrevistas, as observações, os questionários e, se necessário, as técnicas projetivas. Anastasi e Urbina (2000, p. 219) ainda acrescentam que

a decisão de se usar testes padronizados, adaptações destes testes, ou testes especialmente planejados para os cegos depende dos objetivos da avaliação e das características únicas da pessoa em questão.

Considerando-se que a avaliação psicológica tem como um dos focos a promoção do indivíduo a fim de que ele conheça suas capacidades e limitações, o profissional que estiver trabalhando com a avaliação das habilidades cognitivas de deficientes visuais deve estar atento a situações que permitam conhecê-lo, não somente ao teste e as respostas. Portanto, devem-se considerar suas condições intelectuais, perspectivas motoras e de ajustamento afetivo-emocional durante as avaliações, principalmente porque é a partir do referencial perceptual do deficiente visual que o psicólogo será capaz de realizar uma boa avaliação, apoiando-se em uma literatura científica satisfatória para conhecer o deficiente visual (MASINI, 1995). Deve-se também considerar a complexidade da categoria de deficiência, uma vez que existe uma variedade considerável de distúrbios visuais na literatura e que podem acarretar diferentes comprometimentos para a pessoa (CUNHA; ENUMO; DIAS, 2009). Tais questões apontadas até o momento acabam por caracterizar uma

área da avaliação psicológica ainda carente de estudos e instrumentos, assim como a necessidade de melhor preparação dos profissionais que são desafiados a realizarem avaliações desses indivíduos.

O trabalho multidisciplinar junto ao deficiente visual

Um segundo e importante foco na investigação da pessoa com deficiência visual, refere-se aos profissionais que trabalham com crianças especiais, nos quais é notável a dificuldade para realizar avaliações, otimizar habilidades e desenvolver limitações. Atentos a essa questão, o presente capítulo busca apresentar algumas técnicas e métodos utilizados na educação e desenvolvimento de crianças com deficiência visual, a partir de material obtido com profissionais que atuam nessa população. Tem como objetivo indicar materiais e recursos que vêm sendo utilizados por profissionais de diferentes áreas no atendimento de crianças deficientes visuais.

Para isso, encontros com profissionais em seus campos de atuação foram feitos com o objetivo de compreender questões globais importantes sobre o desenvolvimento e a aprendizagem da criança com algum tipo de deficiência visual. Duas instituições que prestam esse tipo de atendimento especializado foram visitadas e os profissionais que nela trabalham foram entrevistados. A partir desses encontros foi possível conhecer o trabalho dos profissionais de forma multidisciplinar e, principalmente, observar as dificuldades que eles encontram para realizar uma avaliação precisa do desenvolvimento cognitivo de cada criança atendida. Os dados serão apresentados a seguir, classificados de acordo com as diferentes áreas.

Iniciando-se pela área da Psicologia, algumas questões tornam-se importantes de serem compreendidas antes de qualquer tipo de avaliação. A vitimização (processo no qual a pessoa exerce uma postura de vítima, neste caso, diante da deficiência) e a negação quanto à deficiência por parte das pessoas são algumas delas. De acordo com uma psicóloga entrevistada, com cerca de 10 anos de trabalho nessa população, em vários atendimentos a queixa trazida refere-se ao fato de do próprio

deficiente não saber lidar com a dificuldade ou mesmo de não aceitá-la, visualizada com um sentimento de revolta. A psicóloga ainda trouxe a questão da deficiência visual associada a outras deficiências ou mesmo a déficits mentais, seja por falta de estimulação ou por uso de medicamentos. Segundo esta profissional, muitas são as questões pessoais que podem influenciar o desenvolvimento e a aprendizagem dessa população, principalmente considerando a importância e a influência da família e da escola. Dessa forma, segundo a profissional, o papel e a postura dos pais são muito importantes na construção, tanto da personalidade, como do desenvolvimento cognitivo dessas pessoas.

Uma característica marcante apontada por ela refere-se à importância de se trabalhar habilidades como independência de locomoção (sem auxílio de familiares) e da capacitação para realização de atividades da vida cotidiana, entre outras. Para ela, as pessoas que nasceram cegas possuem um pouco mais de dependência se comparadas às pessoas com cegueira adquirida. Tal fato, segundo ela, poderia ser explicado pelo modo como são tratadas pela família, uma vez que aquelas que nascem cegas geralmente são mais resguardadas pela família. Durante a visita à instituição, essa situação destacada pela psicóloga foi facilmente observável, uma vez que são várias as pessoas que estão acompanhadas por seus pais e parentes. Nota-se, claramente, a importância de se trabalhar não somente focando-se as dificuldades e modos de superá-las ou minimizá-las, mas também, e, sobretudo, as potencialidades e capacidades desses indivíduos, de modo a se alterar aquela postura presente durante muito tempo, de ênfase nos déficits.

Tomando-se a importância de considerar a integral potencialidade do sujeito, outros profissionais que auxiliam no processo de aprendizagem e desenvolvimento dessas pessoas trouxeram informações importantes. O trabalho da Pedagogia, por exemplo, está voltado principalmente ao ensino do Braille e, em alguns casos, as letras, para que a pessoa seja capaz de escrever seu nome e assinar documentos. Segundo a profissional da área, o Braille deve ser ensinado a qualquer pessoa que possua alguma dificuldade mais severa para enxergar, pois este será um recurso a mais, o qual ela poderá utilizar.

Para ensinar o Braille existem algumas técnicas dependendo muito da aceitação da dificuldade ou impossibilidade de enxergar da pessoa. Muitos são os casos de pessoas que não se utilizam do Braille por negarem que são cegas (ou pelo fato de que o uso de tal escrita acaba por “revelar” sua deficiência), sendo que tal fato acaba por dificultar bastante a vida da pessoa. A profissional mostrou o método que utiliza para ensinar o Braille, começando com um material grande, feito de EVA, com letras maiores e em cores contrastantes, para que, tanto as pessoas cegas, como as pessoas com baixa visão, possam fazer uso do material.

A aprendizagem é feita letra por letra, respeitando as regras do Braille que são atribuídas em seis pontos (1, 2, 3, 4, 5 e 6). Quando a pessoa já compreende e define as letras, sendo capaz de montar o alfabeto corretamente, ela troca o material por um material menor, o qual segue o mesmo princípio. Posteriormente, o próximo passo constitui-se na leitura das letras impressas em Braille no papel, cuja impressão é feita por meio de uma máquina especializada ou uma impressora específica. De acordo com a profissional entrevistada, essa evolução ocorre lentamente e necessita de esforço e repetição.



Figura 1.1. Método Braille utilizado pelos pedagogos.

Simultaneamente, a pedagoga faz uso de comparações entre as letras do Braille e a letra convencional. Para ensinar a letra convencional, a

pedagoga desenvolveu duas pastas de materiais, fazendo uso de papel cartão e barbante. Em cada folha há a representação da letra escrita, nas versões maiúscula, minúscula, letra de forma e letra de mão (cursiva), tal como pode ser visualizado nas Figuras 1.2 e 1.3. Segundo ela, esse trabalho também é muito importante, pois em muitas situações a pessoa necessita escrever seu nome, assinar documentos, sendo esta, uma facilidade a mais para a pessoa com deficiência visual.



Figura 1.2. Livro com figuras e escrito em Braille.



Figura 1.3. Método de ensino de letra de forma e cursiva.

Nesse sentido, algo relevante torna-se posto. O fato de que muitas técnicas são aprendidas a partir da perspectiva dos cegos, ou seja, são

eles que acabam ensinando para os profissionais a forma mais adequada para ensinar algo a eles. Tal posição deve ser extremamente valorizada quando se está buscando estratégias para construção de qualquer tipo de avaliação ou intervenção psicológica.

O contato com profissionais da área de Terapia Ocupacional também trouxe contribuições muito relevantes, uma vez que, nas instituições especializadas, os profissionais dessa área têm, como principal objetivo, a realização de trabalhos com atividades diárias e também o desenvolvimento de habilidades. Quanto às atividades diárias, a profissional salientou um foco no desenvolvimento da autonomia e da independência por meio da realização de atividades da vida cotidiana. Para isso, o local conta com uma sala de atividades da vida cotidiana, equipada com uma cozinha e um quarto no qual as pessoas realizam atividades como cozinhar, lavar louça, fazer comida, cortar alimentos e também arrumar a cama, o guarda-roupa, vestir-se sozinho, assim como são treinados para a realização de tarefas da vida cotidiana em geral, tais como simulações de idas a farmácias e mercados, formas essas de abranger e estimular as habilidades espaciais e numéricas, entre outras.

Segundo a profissional, esse trabalho é muito rico, pois estimula a pessoa a realizar de tarefas, sozinha. Assim como outros profissionais também apontaram, ela revelou que a dificuldade maior no desenvolvimento da independência da pessoa cega é a família, que, às vezes, acaba por adotar uma postura de cuidado excessivo, de deixar tudo pronto visto que, pelo fato de a pessoa não enxergar, acreditam que ela não é capaz de fazer. Ela ainda acrescentou que tenta trabalhar esse ponto durante as atividades diárias, exaltando a eles que são capazes e que devem deixar claro isso dentro de casa.

Quanto ao desenvolvimento de habilidades, a profissional trouxe a importância de estimular diferentes habilidades, uma vez que esta estimulação garante motivação e melhora a autoestima. Para isso, utiliza de materiais artísticos, utilizados em oficinas de artesanato, nas quais são feitos trabalhos, tais como confecção de bonecas, que são vendidos e revertidos em apoio financeiro para a instituição. Em datas comemorativas, tais como Natal, Dia das Crianças, Dia das Mães, entre outros, também

são realizadas atividades, sendo estas temáticas, nas quais os frequentadores confeccionam presentes, levando-os para casa ou utilizando-os na decoração da instituição para a festa.

Contato com profissionais de outras áreas também foi realizado, aprimorando ainda mais os dados obtidos. Durante a entrevista com uma terapeuta ocupacional, a profissional esclareceu que a escolha das atividades a serem realizadas por ela é baseada nas habilidades de cada um, ocorrendo de forma individualizada, para que nenhum deles perca a motivação. Segundo a entrevistada, todo trabalho requer muito esforço, e, por tal motivo, tudo deve ser trabalhado aos poucos, de acordo com as habilidades de cada um.

Esse encontro mostrou-se imprescindível para a compreensão dos materiais que são utilizados para a avaliação de habilidades dentro da Terapia Ocupacional, os quais são utilizados como forma de avaliação de capacidades e limitações, bem como para identificação de deficiência associadas. Ainda de acordo com a terapeuta ocupacional, a maior parte dos materiais utilizados é mais voltada à população infantil, sendo eles baseados em jogos, tais como o de memória (no qual é exigida a identificação de texturas), o dominó (feito de EVA com formas básicas, tais como triângulo, círculo e quadrado, as quais devem ser identificadas e agrupadas) e materiais idênticos que são utilizados para identificação de quantidade. Exemplos desses materiais encontram-se disponibilizados nas Figuras 1.4 e 1.5.



Figuras 1.4. Jogos de reconhecimento de texturas e de aprendizagem de números



Figuras 1.5. Jogos de reconhecimento de texturas e de aprendizagem de números

Tal profissional ainda trabalha com orientação de familiares, dando orientações acerca das maneiras de estimular a independência da criança cega ou com baixa visão, visto que umas das dificuldades mais encontradas quanto ao desenvolvimento da criança está diretamente associada a um comportamento protetor dos pais.

Quanto a seu trabalho, a terapeuta ocupacional ainda destacou que a frequência das crianças na instituição é um ponto negativo quando se trabalha com estimulação. Segundo ela, o processo de aprendizado é interrompido todas as vezes que a criança falta ou deixa de realizar alguma atividade. Nesse aspecto também faz ressalvas à família, visto que, muitas vezes, a dependência da criança em relação aos pais acaba por deixá-la receosa em relação à ida para a instituição. Isso porque as atividades, muitas vezes, não são compreendidas pelos pais como um processo que tem de ser constante e mantido dentro de certa frequência. Como consequência, muitas vezes, acabam por não manter essa regularidade no atendimento, visto que não acreditam na eficácia das atividades desenvolvidas na instituição.

Outra dificuldade apontada pela profissional refere-se à compreensão e abstração de regras. Algumas crianças aprendem por meio do recurso da fala; no entanto, outras necessitam de outros recursos como o acompanhamento por meio do tato ou a realização da tarefa junto com ela. Para isso a terapeuta utiliza-se de brinquedos de encaixe, com diferenças

de tamanho, com recursos sonoros, além de brinquedos de balanço, com diferentes cores e luzes, os quais são utilizados para estimular possíveis resíduos visuais de crianças com baixa visão. A profissional ainda ressalta que os materiais utilizados por ela são materiais do dia a dia, ou seja, brinquedos que podem ser encontrados em qualquer loja, sem nenhuma adaptação específica para crianças com deficiência visual. Nessa perspectiva ela enfatizou que a adaptação do material para o cego ou a pessoa que tenha baixa visão não é, na maior parte das vezes, encontrado comercialmente, visto que a sociedade, de um modo geral, não está preparada para receber essa população. Por tal motivo, a adaptação acaba sendo realizada pela própria pessoa ou pelos profissionais que trabalham com esses indivíduos. Outros exemplos de brinquedos/materiais utilizados por profissionais da área para avaliar aspectos cognitivos, motores e ocupacionais estão disponibilizados nas Figuras 1.6 a 1.9.



Figura 1.6. Jogo da memória comercializado para da visão residual de bebê.



Figura 1.7. Instrumento para estimulação de deficientes visuais.



Figura 1.8. Jogo de quebra-cabeça para crianças com baixa visão.



Figura 1.9. Jogo de quebra-cabeça para crianças com baixa visão.

Ainda na área de Terapia Ocupacional, quanto aos instrumentos e materiais, ressalta-se o uso de brinquedos e materiais gráficos, utilizando a estimulação por meio do computador e também de livros e recursos óticos, tais como a telupla (instrumento que auxilia na aproximação e no aumento de objetos para o deficiente visual, podendo ser manuais ou acopladas a óculos monoculares ou binoculares) e o telescópio, os quais são geralmente utilizados pelas crianças que apresentam baixa visão (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2001).

Outro trabalho que é desenvolvido está associado à orientação e mobilidade, ensinando a criança a compreender a dimensão do corpo e auxiliando-a no convívio interno (casa) e externo (em sociedade). A profissional ainda apontou que o convívio externo é uma das dificuldades mais

acentuadas, o qual tem que trabalhar. Segundo ela, isso ocorre em razão da falta de conhecimento do senso comum acerca da deficiência visual.

Diante das dificuldades em seu trabalho, a terapeuta ocupacional trouxe as barreiras físicas e em alguns casos, mentais. Embora todo seu trabalho seja orientado pelo uso de tabelas específicas de desenvolvimento dentro da área da Terapia Ocupacional, em alguns casos, o desenvolvimento da criança deve ser baseado em outras estratégias. Isso porque, a partir do momento em que algum grau, mesmo que leve, de atraso mental seja identificado, o desenvolvimento não mais pode ser medido por meio das tabelas nas quais a profissional faz menção, visto que estas foram elaboradas baseando-se no desenvolvimento de crianças sem comprometimentos cognitivos.

Outra atividade realizada pela terapeuta diz respeito às atividades de vida diária (AVD), sendo essas divididas em básicas e instrumentais. As básicas são atividades que envolvem a vida cotidiana da criança de forma geral, tais como os cuidados de higiene pessoal, cozinha, entre outros. As instrumentais envolvem atividades nas quais exigem planejamento prévio, comportamentos em determinados lugares, ética, maquiagem, entre outros.

Por fim, quando essa profissional foi indagada acerca de quais sugestões ou recomendações daria a um profissional interessado em trabalhar com avaliação de deficientes visuais, a terapeuta trouxe algumas sugestões. De acordo com ela, tanto no trabalho com crianças cegas quanto aquelas com baixa visão, devem-se padronizar os tipos de explicação, sendo todos eles verbalizados. Da mesma forma, quando utilizados testes que envolvem o recurso tátil, ela sugeriu que, antes da aplicação de testes avaliativos, seja feito um contato inicial com a criança e uma familiarização desta com o material, por meio de itens-exemplos, até que ela entenda como será a execução da atividade.

Ainda nessa perspectiva, a profissional mencionou o uso de instrumentos de avaliação cognitiva (de aferição cognitiva e ocupacional) dentro da terapia ocupacional, sendo a maior parte deles, do tipo escalas e questionários. No entanto, a falta de instrumento para avaliação é uma problemática na área, como pontuado por ela.

Não menos importante, nas instituições visitadas, alguns profissionais também têm essencial participação no desenvolvimento biopsicossocial dessas crianças e pessoas com deficiência visual, podendo-se citar, como exemplo, o profissional da área da Educação Física, o qual também foi entrevistado. Em sua fala, a individualidade é um tema ressaltado.

A profissional trabalha com o desenvolvimento de habilidades motoras, por meio de atividades que envolvem alongamento, musculação e natação, sendo as aulas de hidroginástica as mais esperadas pelos alunos. Para que ela possa indicar como os movimentos devem ser realizados, bem como dar instruções para as atividades, a profissional diz usar dois recursos, a fala, sendo este o mais importante, e o tato, quando existe necessidade ou quando alguém não consegue realizar a atividade sem ajuda. A educadora física salientou que muitos cegos não estão acostumados a realizar atividades físicas e, por isso, têm mais dificuldades; no entanto, quando o quadro não se encontra associado a nenhuma outra deficiência, estes conseguem aprender rapidamente a execução dos movimentos.

Ainda de acordo com ela, a audição é o sentido mais apurado na pessoa que não enxerga e, portanto, deve ser o mais explorado quando se quer ter sucesso na realização de alguma atividade. No entanto, a orientação espacial, em alguns casos, é comprometida, principalmente pelo fato de que o aprendizado de distância e tempo dá-se por meio da prática, visto que eles só alcançam domínio dessas dimensões quando percorrem determinada distância e computam o tempo que demoram para chegar ao destino.

No entanto, assim como salientado pela Terapeuta Ocupacional, a compreensão do desenvolvimento cognitivo e da aprendizagem da pessoa com deficiência visual, torna-se mais complexa. A escassez de materiais especializados para o desenvolvimento dessas pessoas é o que mais preocupa. Embora as instituições recebam doações de materiais pedagógicos, muitas vezes essas crianças não correspondem aos materiais que seriam essenciais, sendo necessário que os profissionais utilizem da criatividade e da experiência para reciclar materiais ou mesmo desenvolver novos a partir do que os cegos e as pessoas com baixa visão precisam para sua aprendizagem. Ressalta-se novamente a dificuldade em avaliar aspectos

desenvolvimentais e cognitivos em crianças com deficiência visual, assim como a pequena disponibilidade de materiais para sua estimulação.

Por fim, tornou-se também relevante o conhecimento do trabalho desenvolvido pela assistente social. A profissional entrevistada trabalha na instituição há 18 anos, especificamente com as famílias das crianças que são atendidas na instituição. Ela tem um foco direcionado a questões individuais e coletivas, sendo trabalhadas questões burocráticas e questões trazidas por cada familiar. A entrevistada esclarece que, em seu trabalho, não faz atendimentos com as crianças, mas somente com as mães, de forma individual. Durante o período de tempo que estão em contato, a assistente social busca auxiliar a mãe quanto a questões relacionadas ao desenvolvimento da criança, trabalhando também a aceitação da deficiência e também questões de insegurança. Segundo a profissional, a insegurança é um aspecto muito abordado nesses atendimentos, visto que a sociedade muitas vezes reprime esses pais quando tentam disciplinar seus filhos, em qualquer lugar que estiverem.

Há também a realização de trabalhos coletivos, com grupos de pais. Nesses momentos, a profissional enfatizou a importância da troca de experiências entre as famílias. De acordo com ela, esse é o momento em que as famílias conversam entre si e conseguem ajudar-se mutuamente em relação aos conflitos que estão vivenciando, sendo a maioria deles associados à faixa de desenvolvimento na qual a criança encontra-se. Um exemplo disso está na família que está vivenciando o processo de aceitação do bebê/criança deficiente visual e que terá que assumir a adaptação e a criança tal como ela é. Diferentemente, aquela família que já passou por esse período e está lidando com um conflito envolvendo sexualidade com um pré-adolescente deficiente visual também poderá, ao mesmo tempo, auxiliar essa primeira família a partir de suas experiências, ao passo que poderá ser ajudada, de outras formas, por outras famílias.

A conversa possibilitou compreender um pouco mais sobre os relacionamentos familiares e a importância da família no desenvolvimento saudável da criança deficiente visual, uma vez que, sem esse olhar mais amplo, torna-se mais difícil trabalhar com a criança em outras áreas. Por isso, a importância do trabalho multidisciplinar e integrador, pois

qualquer tipo de avaliação de potencialidades e limitações também deve ser realizado considerando o contexto no qual o indivíduo está inserido, suas capacidades e também seu ambiente familiar.

Considerações finais

Pode-se dizer, de maneira geral, que o olhar multidisciplinar caracterizado no presente estudo contribuiu para a identificação de materiais direcionados para a avaliação de crianças com deficiência visual, bem como para a compreensão de capacidades e dificuldades dessa população quanto às tarefas diárias, à vida cotidiana e à aprendizagem. Também foi possível observar os recursos utilizados por cada profissional para atuar nessa população específica, assim como os aspectos enfocados por cada área de conhecimento. Os encontros ainda permitiram conhecer a dinâmica das atividades exercidas na instituição, tais como as aulas de braille, as aulas de hidroginástica e de alongamento, as oficinas de artesanato, assim como os instrumentos que podem ser utilizados pelas crianças (como a telelupa) e também os brinquedos que são utilizados na aprendizagem da criança, até que esta seja inserida na escola regular.

Essas informações tornam-se relevantes para a reflexão acerca dos cuidados essenciais durante o processo de construção de instrumentos voltados a qualquer tipo de população específica, destacando-se a importância de se conhecer as características específicas e necessidades da população em questão, a fim de evitar a construção ou adaptação de instrumentos viesados, rotuladores ou inadequados.

Referências

- ANASTASI, A.; URBINA, S. *Testagem Psicológica*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.
- BARON, H. (2006). *Visual Impairment and psychometric testing: practical advice for test users managing the testing of people who have sight disabilities*. Disponível em: <<http://www.psyasia.com>, [VisualImpairmentandPsychologicalTesting.pdf](#)>. Acesso em: 25 ago. 2010.

BIZERRA, A. F. et al. Conversas de aprendizagem em museus de ciências: como os deficientes visuais interpretam os materiais educativos do museu de microbiologia. *Revista Educação Especial (Santa Maria)*, v. 25, n. 42, p. 57-74, 2012.

BRAMBRING, M.; Troster, H. The assessment of cognitive development in blind infants and preschoolers. *Journal of Visual Impairment & Blindness*, v. 88, n. 1, p. 9-18, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Portal do MEC: Legislação. Brasília. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/index.php / BRASIL>>. Acesso: ago. 2014.

CAMARGO, E. P.; NARDI, R.; VERASZTO, E. V. A comunicação como barreira à inclusão de alunos com deficiência visual em aulas de óptica. *Revista brasileira de Ensino de Física*, v. 30, n. 3, p. 1-13, 2008.

CHIODI G. M.; WECHSLER M. S. Escala de Inteligência WISC-III e Bateria de Habilidades Cognitivas Woodcock Johnson-III: comparação de instrumentos. *Avaliação Psicológica*, v. 8, n. 3, p. 313-324, 2009.

CUNHA, A. C. B.; ENUMO, S. R. F.; CANAL, C. P. P. Avaliação Cognitiva psicométrica e assistida de crianças com baixa visão moderada. *Paidéia*, v. 21, n. 48, p. 29-39, 2011.

_____; ENUMO, S. R. F.; DIAS, T. L. Análise de indicadores cognitivos e comportamentais em provas assistidas com crianças com necessidades educativas especiais. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED. 32., *Anais...* Caxambu, MG, 10 out. 2009.

LOBATO, M. J. Déficits Visuais (não publicado). 2005. Disponível em: <www.deficienciavisual.com/site/page4/files/defices_visuais.pdf>. Acesso em 10 de setembro de 2011.

MALTA, J. et al. Desempenho funcional de crianças com deficiência visual, atendidas no Departamento de Estimulação Visual da Fundação Altino Ventura. *Arquivo Brasileiro de Oftalmologia*, v. 69, n. 4, p. 571-574, 2006.

MASINI, E. F. S. Algumas questões sobre a avaliação do portador de deficiência visual. *Revista Brasileira de Estudos de Pedagogia*, v. 76, n. 184, p. 615-634, 1995.

NASCIMENTO, E.; FLORES MENDOZA, C. E. WISC-III e WAIS-III na avaliação da inteligência de cegos. *Psicologia em Estudo*, v. 12, n. 3, p. 627-633, 2007.

NUNES, S.; LOMÔNACO, J. F. B. O aluno cego: preconceitos e potencialidades. *Psicologia Escolar e Educacional*, v. 14, n. 1, p. 55-64, 2010.

RABELLO, S.; MOTTI, T. F. G.; GASPARETTO, M. E. R.F. Avaliação educacional por meio do teste IAR em escolares com cegueira. *Revista Brasileira de Educação Especial*, v. 13, n. 2, p. 281-290, 2007.

SENA, C. C. R. G.; CARMO, W. R. El uso de modelos tridimensionales en la enseñanza de Geografía para personas ciegas: uma proposta de inclusion. In: SIMPOSIO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA FÍSICA APLICADA. 11., *Anais...* São Paulo, 10 set. 2005.